



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

1  
2  
3  
4

5  
6

**ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**

7 **ABERTURA** – Aos um e dois dias do mês de dezembro de 1999 teve início a Nonagésima Terceira  
8 Reunião Ordinária do CNS, na Sala de Reuniões Conselheiro Omilton Visconde, sob a Coordenação  
9 do **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos**. **APROVAÇÃO DA ATA** – Colocada em apreciação a ata da  
10 Nonagésima Segunda Reunião Ordinária do CNS foi considerada aprovada. **INFORMES – 1) Projeto**  
11 **de Capacitação de Conselheiros e Promotores de Justiça; conclusões da reunião de 23/11/1999**  
12 **com SIS/MS, MP, CNS e representações estaduais e das capitais, de Conselheiros e Promotores**  
13 **– Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a reunião sobre o Projeto de Capacitação de  
14 Conselheiros e Promotores de Justiça havia sido muito produtiva e dezoito Conselhos de Saúde  
15 apresentaram iniciativas bem sucedidas na área de capacitação de Conselheiros, sendo eles: Pará,  
16 Tocantins, Acre, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São  
17 Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa  
18 Catarina. Esses estados haviam avançado sensivelmente na articulação com instituições parceiras  
19 para capacitação de conselheiros, envolvendo, também, o Ministério Público. Para participarem da  
20 etapa dois do Projeto foram escolhidos cinco estados, a saber: Pará, na região Norte; Ceará, na região  
21 Nordeste; Minas Gerais, na região Sudeste e Goiás, na região Centro-Oeste. Disse, ainda, que o  
22 estado que representará a região Sul será definido pelo CNS, no primeiro item da pauta da presente  
23 reunião. Concluindo, acrescentou que os estados aonde o Projeto fosse desenvolvido deveriam  
24 assinar, em contrapartida, um termo de compromisso em pareceria com o Ministério Público, para dar  
25 continuidade ao processo de capacitação. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** desculpou-se por não  
26 ter registrado, formalmente, nessa reunião, a presença dos Conselheiros do Conselho Nacional de  
27 Saúde **Jocélio Drummond, Ana Maria Lima Barbosa e Maria Lêda Dantas**. **2) VIII Plenária de**  
28 **Conselhos de Saúde – A Técnica Pérola**, da Secretaria Executiva do CNS, informou que a Plenária  
29 aconteceria nos dias nove e dez de dezembro/99, cuja encontrava-se nas pastas dos Conselheiros e  
30 tinha o seguinte teor: **1) Conjuntura/Financiamento; 2) Painel de Avaliação do Controle Social das**  
31 **Regiões; 3) 11ª Conferência Nacional de Saúde; 4) Apresentação da Síntese da Situação do Controle**  
32 **Social no Brasil; 5) Controle Social no SUS e 6) Encaminhamentos Finais e Encerramento. 3)**  
33 **Encaminhamento da situação do Conselho de Saúde do Governo do Distrito Federal –**  
34 **Conselheiro Carlyle G. Macedo** informou que o Secretário de Saúde do Distrito Federal, **Jofran Frejat**  
35 ficara surpreendido com a solicitação do Conselho para a inclusão do setor privado na composição do  
36 Conselho Distrital, por entender que é um contra-senso. O Secretário comprometeu-se a encaminhar a  
37 proposta do Conselho Nacional de Saúde ao Governo do Distrito Federal, inicialmente para uma  
38 análise jurídica e, em seguida, para apreciação do Governador. **4) Proposta de “Encaminhamento**  
39 **de Procedimentos Conjuntos do Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde – Dr.**  
40 **Nelson Rodrigues dos Santos** informou da impossibilidade dos resultados da proposta elaborada  
41 pelo CNS serem apresentados na presente reunião, tendo em vista que o Ministério da Saúde estava  
42 discutindo internamente, inclusive, na Consultoria Jurídica e Ministério Público. **5) Relato do I**  
43 **Encontro Nacional de Secretarias Executivas dos CES e CMS das Capitais – A Dra. Lúcia** fez a  
44 apresentação do documento “*Síntese das Propostas do I Encontro Nacional de Secretarias Executivas*  
45 *dos Conselhos Estaduais e Municipais das Capitais de Saúde*”, do qual constavam as propostas  
46 enumeradas para solucionar os problemas detectados, divididas nos seguintes temas: **1) Infra-**  
47 **estrutura das Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde; 2) Capacitação de Secretarias**  
48 **Executivas de Conselhos de Saúde e 3) Implantação de Assessorias de Comunicação nos Conselhos**  
49 **de Saúde.** Sobre esse último item, o jornalista do CNS, **Paulo Henrique**, informou que durante a  
50 Oficina de Comunicação os Secretários Executivos dos estados e capitais externaram a necessidade  
51 de implantação e fortalecimento das Assessorias de Comunicação, destacando os seguintes pontos  
52 prioritários: **1) implantação e implementação nos Conselhos de Saúde, de mecanismos que**  
53 **possibilitem a realização de atividades na área de comunicação social; 2) parceria com o CONASS e**  
54 **CONASEMS, procurando disponibilizar infra-estrutura para comunicação nos Conselhos estaduais e**  
55 **municipais; 3) desencadeamento de uma campanha de esclarecimento à sociedade sobre as**  
56 **atividades dos Conselhos de Saúde e da importância do controle social; 4) negociação com TVs e**  
57 **rádios comunitárias, também sob a perspectiva de esclarecimento à sociedade e 5) elaboração de**  
58 **catálogo de endereços com os dados dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde do país. 6) Dr.**  
59 **Nelson Rodrigues dos Santos** solicitou ao Plenário que delegasse à Secretaria Executiva a  
60 responsabilidade de elaborar o calendário das reuniões ordinárias do ano 2000, dando prioridade às  
61 primeiras quartas e quintas-feiras de cada mês, com as exceções que se fizessem necessárias. A  
62 solicitação foi aprovada. **7) Conselheira Albaneide Peixinho** informou que a Comissão Intersetorial de  
63 Alimentação e Nutrição – CIAN solicitara ao CNS que recomendasse ao Ministério da Saúde a  
64 discussão sobre o Grupo Técnico de Assessoramento de Alimentação e Nutrição. **8) Conselheiro**  
65 **Olympio Távora** apresentou quadro demonstrativo referente à Tabela AIH, com percentuais, posição  
66 de outubro/99, destacando que uma alteração significativa e preocupante fora o reajuste do

procedimento de hemodiálise, onde o reajuste chegara a 5% (cinco por cento), podendo isso acarretar queda na qualidade desse serviço. **9) Dra. Corina**, Secretária Executiva da CONEP, tendo em vista as notícias publicadas na imprensa sobre “*sujeito de pesquisa*”, fez os esclarecimentos sobre as disposições da Resolução nº 196 /CNS. Conselheiros **Sílvio Mendes de O. Filho** e **Zilda Arns** registraram solidariedade à FIOCRUZ. **ITEM 01 – RECURSO DO GRUPO DE TRABALHO DA REUNIÃO DO DIA 23/11/1999 SOBRE O PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS E PROMOTORES DE JUSTIÇA - Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que, durante a reunião do grupo de trabalho do Projeto de Capacitação de Conselheiros e Promotores de Justiça, fora solicitada a escolha de um estado por região do país, conforme exposto no informe número um. Porém, a região Sul solicitara que o Conselho Nacional de Saúde escolhesse o estado representativo daquela região, tendo em vista o empate entre os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Coordenação Geral do CNS e a Secretaria de Investimentos/MS, após consulta ao CONASS, observaram que se os recursos decorrentes do convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID poderiam atender a mais de cinco estados. Acrescentou, então, que serão efetuados cálculos para fazer uma estimativa do número de estados a que se poderia atingir. Dito isso, o Coordenador Geral julgou desnecessário que o CNS estabelecesse banca examinadora para arbitrar sobre o estado que representaria a região Sul. Conselheira **Zilda Arns** indagou sobre os critérios estabelecidos que levaram ao empate dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** releu os critérios, que constavam do documento distribuído na reunião anterior referente ao Projeto. Conselheira **Neide Barriguelli** observou os estados onde não havia iniciativas de capacitação ficariam cada vez mais atrasados em relação aos outros. Conselheira **Zilda Arns** sugeriu a inclusão de um oitavo critério, que seria a capacidade de articulação dos estados. Conselheira **Albaneide Peixinho** não concordou com a posição da Conselheira Neide Barriguelli, ressaltando que os estados que não aportavam recursos para a área de capacitação não demonstravam interesse em capacitar conselheiros e, portanto, não poderiam dar garantias de qualidade da capacitação, citando como exemplo o atual Governo do Distrito Federal. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** acrescentou que para atender à sugestão do Conselheiro **Jocélio Drummond**, de capacitação vertical, cada segmento deveria elaborar a sua proposta de capacitação, procurando não intensificar o corporativismo dentro dos Conselhos. Conselheiro **Sílvio Mendes de O. Filho** declarou que os estados que não possuíam iniciativas de capacitação deveriam merecer uma atenção especial do Projeto. Conselheira **Zilda Arns** colocou que o CNS deveria dar prioridade para a capacitação das regiões norte e nordeste. Conselheiro **Eleuses Vieira** sugeriu que fosse solicitado estudos e estimativas para avaliar quantos estados participariam do Projeto, além dos cinco que já estavam previstos e a garantia de que manterão a aplicação de recursos na área de capacitação. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** apresentou proposta de recomendação aos segmentos que farão os projetos de capacitação vertical, no sentido de priorizar os estados que não têm ou têm pouca iniciativa de capacitação de Conselheiros. Conselheira **Albaneide Peixinho** sugeriu que fosse constituído grupo de trabalho para acompanhar o andamento do projeto. Foi aprovada Resolução, solicitando à Secretaria de Investimentos do MS esforço especial para ampliar o número de estados no Projeto de Capacitação de Conselheiros e Procuradores de Justiça. **ITEM 02 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DO TCU SOBRE O SUS - Não houve apresentação. ITEM 03 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA AGENDA BÁSICA DO CNS DE 1999 E PROPOSTA PARA 2000 – Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** apresentou o documento “*Cumprimento da Agenda Básica – CNS/99*”, o qual continha as principais deliberações do CNS, em 1999, destacando que em 1999, o Conselho demonstrara competência na sua atribuição de formular estratégias. Sugeriu, então, que fosse composto grupo para formular a agenda básica do ano 2000. Conselheiro **Augusto Alves Amorim** elogiou a atuação do **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** como Coordenador-Geral do CNS. Conselheira **Neide Barriguelli** sugeriu que fossem inseridos na agenda básica do ano subsequente temas como a PEC e a eficácia do controle social. Conselheiro **Gilson Cantarino** informou sobre a realização de um seminário, promovido pelo Ministério da Saúde para os Secretários Estaduais de Saúde, cujo enfoque fora o fortalecimento da gestão estadual, que evidenciara que os estados estavam evoluindo na execução do seu papel de gestor e destacou a importância de o CNS proceder à análise de indicadores de saúde para, ao elaborar a agenda básica do ano 2000, determinar as prioridades de acordo com as necessidades de saúde da população. Conselheiro **Solon Viana** sugeriu que fosse efetuada uma avaliação semestral do cumprimento da agenda básica. Conselheira **Roseli Saad** propôs que constasse da agenda tema referente à saúde dos portadores de deficiências, principalmente o da saúde bucal e os procedimentos cirúrgicos que envolvem anestesia geral. Conselheiro **Eleuses Vieira Paiva** indagou se havia possibilidade do CNS discutir a Política Nacional de Saúde, principalmente, no que se refere à regulamentação dos planos de saúde privados. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que o CNS tinha como atribuição participar desse processo e

Conselheiros, na condição de representantes de seus segmentos, faziam parte da Câmara Técnica do CONSU, como observadores. Conselheiro **Eleuses Vieira Paiva** sugeriu, então, que fosse formada uma comissão para acompanhar a regulamentação dos planos privados de saúde. A sugestão foi aprovada e a comissão foi composta pelos Conselheiros **Eleuses Vieira de Paiva, Paulo Romano, Neide Barriguelli, Mário Scheffer** e **Maria Lêda Dantas**. Conselheira **Maria Lêda Dantas** propôs que fosse formada uma comissão para acompanhar a implementação da Política de Saúde do Idoso. Conselheiro **Sérgio Magarão** considerou importante incluir na agenda básica item sobre a avaliação dos programas do Ministério da Saúde em relação ao SUS. Conselheiro **Solon Viana** indagou se a presença do CNS na Câmara Técnica do CONSU trazia resultados positivos para o controle social. Conselheira **Neide Barriguelli** respondeu que a referida Câmara Técnica possuía caráter consultivo e que a representação dos usuários de saúde/CNS, na sua pessoa e na do Conselheiro **Mário Scheffer** influenciava os debates. O Plenário solicitou aos observadores do CONSU que apresentassem na próxima reunião do CNS uma avaliação crítica do desempenho daquele Conselho de Saúde Suplementar. Conselheira **Albaneide Peixinho** solicitou que fosse apresentado o Plano de Metas do Ministério da Saúde para o ano 2000, considerando que a agenda básica deveria ser formulada utilizando-o como base. Sugeriu, ainda, que a Comissão de Coordenação Geral se reunisse, trimestralmente, para rever os pontos de pauta propostos e não apreciados nas Reuniões Ordinárias daquele período, apresentando as justificativas dos pontos não apreciados. Os debates foram encerrados e a comissão que formulará a agenda básica para o ano 2000 foi composta pelos Conselheiros **Carlos Corrêa Martins, Roseli Saad, Zilda Arns, Eleuses Vieira Paiva, e Gilson Cantarino**. Conselheira **Maria Lêda Dantas** pleiteou representação feminina na Comissão de Coordenação Geral da Pasta, da qual passou a fazer parte, sendo mantidos os Conselheiros **Solon Viana, Jocélio Drummond** e **Carlyle G. Macedo**. **ITEM 04 – COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA AUDIÊNCIA COM O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO – Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Comissão que vinha se reunindo com o Ministro da Saúde nos últimos meses era composta por sete Conselheiros, a saber: **Artur Custódio, Carlyle G. Macedo, Gilson Cantarino, Jocélio Drummond, Rita de Cássia B. Barata, Olympio Távora** e **Zilda Arns**. Conselheira **Neide Barriguelli** ressaltou que diversos Ministros da Saúde haviam valorizado o cargo de Presidente do CNS, comparecendo às reuniões, citando como exemplo os Ministros **Adib Jatene** e **Carlos Albuquerque**. E, como o Ministro **José Serra** recusava-se a estar presente às reuniões, sugeriu que houvesse um rodízio de Conselheiros para compor a referida Comissão. Conselheira **Zilda Arns** disse que havia problemas entre as agendas do CNS e do Senhor Ministro, porém, **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** esclareceu que a Secretaria Executiva do CNS mantinha contato permanente com a Secretaria de Cerimonial do Senhor Ministro, que solicitara que o nome do Ministro não constasse das pautas das reuniões, a fim de evitar constrangimentos diante de imprevistos que impedissem o seu comparecimento ao Conselho. Conselheiro **Eleuses Vieira Paiva** sugeriu que fossem acrescidos mais membros à Comissão. Conselheira **Roseli Saad** observou que a Secretaria Executiva do CNS e a Assessoria do Senhor Ministro deveriam alertá-lo sobre a importância da sua presença às reuniões. Conselheiro **Carlyle G. Macedo** observou que esse era o principal problema de relacionamento entre CNS e MS. Apoiou a idéia de rodízio de Conselheiros, aproveitando a oportunidade para solicitar o seu desligamento da Comissão. Conselheiro **José Carlos B. Passos** sugeriu que o CNS deveria enviar formalmente documento ao Ministro da Saúde, objetivando uma melhor integração no próximo ano, cientificando-o sobre a preocupação do Conselho com a sua ausência. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que, em sendo a proposta aprovada, esse comunicado fosse efetuado pela respectiva representação. Conselheiro **Carlos Corrêa Martins** observou que a Comissão havia sido formada para interagir com o Senhor Ministro nas questões apreciadas no CNS e, não para convidá-lo a participar das reuniões, uma vez que isso nada mais é do que exercer a atribuição de Presidente do Conselho. Conselheira **Albaneide Peixinho** considerou como agravante o fato das Resoluções do CNS não serem homologadas pelo Ministro da Saúde. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** observou que os critérios de homologação previstos no Regimento Interno estavam sendo seguidos e que a única pendência por parte do Senhor Ministro era a contraproposta de Composição do CNS. Conselheiro **Carlyle G. Macedo** alertou os Conselheiros de que o momento atual era crítico, lembrando a extinção do Conselho de Seguridade Social e que o CNS deveria agir com cautela. Considerou a atuação da Comissão importante, tendo em vista o problema de relacionamento que vem ocorrendo entre o Ministro da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, sugerindo que a mesma deixasse de ser permanente e fosse transformada em “*ad hoc*” e, ao término de cada reunião, fosse selecionada em função dos temas debatidos. Conselheira **Roseli Saad** protestou contra a saída do Conselheiro **Carlyle** da Comissão, sendo a sua interpelação acompanhada pelo Plenário. O Conselheiro acatou o pleito do Plenário. Conselheira **Maria Lêda Dantas** procurando encaminhar, sugeriu que a Comissão tivesse membros permanentes, a fim de garantir a continuidade

do diálogo com o Senhor Ministro e membros “ad hoc” escolhidos ao final das reuniões, em função dos assuntos tratados. Conselheira **Neide Barriguelli** considerou importante que o Ministro José Serra tomasse conhecimento das discussões ocorridas na presente reunião. **ITEM 06 – ESTADO ATUAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROFAE – Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou sobre a impossibilidade do *Dr. Biazoto* fazer a apresentação do item, tendo em vista uma audiência pública no Congresso Nacional. **ITEM 07 – A PEC E A SAÚDE NO PPA E NA LDO-2000 – Prof. Elias Jorge** fez a apresentação do Relatório da Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças do CNS, realizada em 01 e 02/12/1999, que debateu os seguintes assuntos: **1)** Reforma Tributária; **2)** Propostas de Emendas Constitucionais – PEC 86 – Vinculação Constitucional para Saúde; **3)** Execução Orçamentária 1999; **4)** Orçamento 2000 e Plano Plurianual – PPA 2000/2003 e **5)** Sugestões e Encaminhamentos ao Plenário: **a)** manter plantão de Conselheiros durante o período de convocação extraordinária do Congresso, para acompanhar a tramitação do Orçamento 2000, do PPA 2000/2003, para fazer contatos no Senado visando agilizar a tramitação da PEC 86; **b)** solicitar ao Ministro da Saúde articulação para incluir a PEC 86 na pauta da convocação extraordinária do Congresso; **c)** encaminhar à Comissão críticas em relação ao trabalho desenvolvido em 1999 e sugestões em relação ao Plano de Trabalho para o ano 2000, que será submetido ao Plenário na reunião de fevereiro/2000 e **4)** aprovar o presente relatório, as sugestões nele contidas e considerá-lo, bem como o material de apoio à sua apresentação como anexos à ata desta reunião. O relatório e as sugestões foram consideradas aprovadas. **ITEM 08 – REUNIÃO DA CIT DE 25/11/1999 – Conselheiro Sílvio Mendes de O. Filho** fez a apresentação do Extrato do Resumo Executivo da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite, que apreciara os seguintes temas: **1)** Informes: **a)** PEC – vinculação de recursos para a saúde; **b)** Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências; **2)** Financiamento da assistência de média e alta complexidade e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; **3)** Levantamento realizado com os estados sobre a implantação da assistência farmacêutica: assistência farmacêutica básica e medicamentos para saúde mental; **4)** Habilitação de estados e municípios e **5)** Descentralização das ações de controle de endemias. Conselheiro Eleuses Vieira Paiva observou que as distorções da Tabela de Procedimentos deveriam ser revistas, para não manter os procedimentos deficitários. Conselheiro **Sílvio Mendes de O. Filho** sugeriu que o CNS convidasse a Câmara Técnica da Tripartite para debater sobre o reajuste e financiamento da Tabela de Procedimentos. A sugestão foi aprovada pelo Plenário. **ITEM 09 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL – CNS – Conselheira Vera Lúcia Marques de Vita** procedeu à leitura da minuta de Resolução que dispõe sobre a composição da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do CNS: **1)** Membros Efetivos: - um representante dos usuários e/ou familiares dos serviços de saúde; - um representante do Movimento de Luta Antimanicomial; - um representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; - um representante do Fórum das Entidades de Profissionais de Saúde; - um representante dos Prestadores Contratados; - um representante da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; - um representante do CONASEMS; - um representante do CONASS e - um representante do Ministério da Saúde. Conselheiro **Temístocles M. Neto** propôs que a representação do Fórum das Entidades de Profissionais de Saúde e a representação da Associação Brasileira de Psiquiatria ocupassem apenas uma vaga, a fim de propiciar que houvesse, na Comissão, um vaga para a representação de usuários e outra para a representação de familiares dos serviços de saúde. Conselheiro **Ivaneck Perez** sugeriu a substituição da representação da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça pela representação de familiares de usuários dos serviços de saúde. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** informou que, nesse caso, a Comissão deixaria de ser intersectorial e passaria a ser uma comissão setorial, admitindo apenas sete membros. Conselheiros **Temístocles M. Neto e Maria Lêda Dantas** sugeriram que o representante do Ministério da Saúde atuasse como consultor permanente, cedendo a vaga para a representação dos familiares. Foi aprovada, então, a proposta da Comissão tal como foi apresentada, acrescida de um parágrafo sobre a representação dos familiares dos serviços de saúde terá a atribuição de consultoria permanente à comissão. Conselheiro **Olympio Távora** votou contra a proposta por entender que estavam aprovando uma comissão de dez membros. Conselheiro **Carlyle G. Macedo** e **Zilda Arns**, apesar de terem se posicionado favoráveis à proposta, acompanharam a posição do Conselheiro **Olympio Távora**. Conselheiro **Temístocles M. Neto** absteu-se, alegando que estava convicto que a representação dos familiares dos serviços dos serviços de saúde deveria ser membro da comissão. Conselheira **Maria Lêda Dantas** considerou contraditória a existência de uma vaga para a representação do Ministério da Saúde, ressaltando que essa representação estava presente em todas as comissões. Conselheiro **Ivaneck Perez** protestou pelo fato de a sua proposta não ter sido apreciada pelo Plenário. **ITEM 10 – PAUTA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA: 1)** apresentação do CONASEMS sobre ações referentes aos estados e municípios. **EXTRA-PAUTA** - Conselheira **Maria Lêda Dantas** prestou homenagem aos Conselheiros **Olympio Távora e Albaneide Peixinho**, que será apresentada *in verbis*: “Parece que uma das coisas que fez o

socialismo do Século XX falir foi a noção do ser humano como um ser racional, não levando em conta sua subjetividade e sua afetividade. Acho que este Conselho tem essa lição para dar: que a nossa eficácia tem relação com a nossa capacidade afetiva, ou seja, o modo como nos relacionamos aqui. Existem ganhos, perdas e novas aquisições. Queria falar dos que nos deixaram e dos que nos deixarão, uns por razões boas, como é o caso da Albaneide, que pela chegada de uma nova pessoa neste nosso planeta, outros porque farão rodízio que é próprio da democracia e, outros, porque nos deixaram para outra vida. Gostaria de lembrar que, assim como Dr. Omilton Visconde foi lembrado como “sala”, que Bacurau, Vitalina e Leilton, o qual morreu cumprindo o seu dever de Conselheiro, fossem lembrados por nós, nesses tempos festivos. Agora, que Albaneide terá neném e o Olympio vai nos deixar, queria que nós nos lembrássemos da importância de ambos como pessoas e, não, como representantes de categorias. O Dr. Olympio nos dá uma lição permanente de acuidade intelectual, de equilíbrio, de disponibilidade e, quando chega a se impacientar é por amor ao que está fazendo, não é pessoal pois ele jamais agride alguém. Talvez perca a paciência com o conjunto das circunstâncias. É preciso que existam sempre pessoas como o Dr. Olympio, para lembrar-nos que o mal não está de um lado e o bem de outro e que o fato dele representar os prestadores de serviço e nós representarmos os usuários não quer dizer nada além de que todos nós temos, no fundo, essa vontade de construir um Brasil melhor. É muito afetuosos e importante ter pessoas como o senhor entre nós. Sobre a Albaneide eu falo depois, pois ela não está presente no momento”. **Dr. Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que o Conselheiro **Olympio Távora** fosse designado assessor técnico da Coordenação Geral do Conselho, mantendo a sua assessoria nas comissões das quais ele faz parte. A sugestão foi aprovada.

**2)** Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu que fosse formado grupo de trabalho para debater sobre o papel do CNS em relação à questão da humanização do atendimento no SUS. A sugestão foi aprovada e o grupo foi composto pelos Conselheiros **Neide Barriguelli, Ana Maria Lima Barbosa, Temístocles M. Neto**, além do **Dr. Adney**, técnico de apoio à Tripartite e de mais uma indicação da Pastoral da Criança e do CONASEMS. A coordenação do referido grupo ficou sob a responsabilidade dos Conselheiros **Climério Rangel e Geraldo Adão**. **3)** Foi aprovada a Comissão Coordenadora da Plenária de Conselheiros, composta pelos Conselheiros **Temístocles M. Neto, Jocélio Drummond, Ana Maria Lima Barbosa e Zilda Arns**. **4)** Conselheiro **Sílvio Mendes O. Filho** sugeriu a elaboração de Moção de apelo à Bancada do PFL, que posicionou-se contra a vinculação de recursos à saúde, para que reverta essa posição. A minuta da Moção foi lida pelo Conselheiro **Carlyle G. Macedo** e considerada aprovada pelo Plenário, que decidiu constituir Comissão formada pelos Conselheiros **Sílvio Mendes de O. Filho, Roseli Saad e Geraldo Adão**, para entregá-la no Congresso Nacional. **5)** Foi lida Recomendação da Comissão de Alimentação e Nutrição sobre política nacional de alimentação. **ENCERRAMENTO** - Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: **Albaneide Peixinho, Ana Maria Lima Barbosa, Augusto Alves Amorim, Carlos Aparício Clemente, Carlos Corrêa Martins, Carlyle G. Macedo, Cláudia Muros Gurgel, Climério Rangel, Eleuses Vieira Paiva, Gilson Cantarino, Ivaneck Perez Aves, José Carlos Passos, Maria Lêda R. Dantas, Neide Barriguelli, Nildes de Oliveira Andrade, Olympio Távora Corrêa, Paulo Romano, Roseli Lopes Saad, Sérgio Luiz Magarão, Sílvio Mendes de Oliveira Filho, Sólon Viana, Tânia Maria Monteiro, Temístocles M. Neto, Zenite da Graça B. Freitas, Zilda Arns,**